

# Clóvis Moura e a renovação do marxismo no Brasil: a centralidade da questão racial

Sandra Regina Vaz da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo pretende refletir sobre o pensamento social de Clóvis Moura e sua trajetória militante, consoante ao processo de renovação do marxismo no Brasil. Objetiva apontar a contribuição mouriana para o adensamento das relações étnico-raciais e da luta de classes numa perspectiva antirracista e anticapitalista, mas que será atravessada pelos desafios do tempo presente. O artigo está dividido em duas partes, sobre o pensamento mouriano frente ao pensamento social brasileiro, e o segundo momento sobre sua trajetória militante e elaborações em meio ao processo de renovação do marxismo no Brasil, os desencadeamentos teóricos-políticos e as implicações para o tempo presente, frente à ascensão neoliberal. Trata-se de pesquisa bibliográfica e reflexões acumuladas em grupo de estudos.

**Palavras-Chaves:** Clóvis Moura. Marxismo. Questão Racial. Luta de Classes.

**Abstract:** This article reflects on Clóvis Moura's social thought and his militant trajectory, in keeping with the renewal of Marxism in Brazil. The text aims to highlight Moura's contribution to the deepening of ethnic-racial relations and the class struggle from an anti-racist and anti-capitalist perspective, but one that will be influenced by the challenges of the present day. The article is divided into two parts: one on Moura's thought in relation to Brazilian social thought, and the other on his militant trajectory and elaborations amid the renewal of Marxism in Brazil, the developments in the theoretical and class struggle spheres, and the implications for the present day, given the rise of neoliberalism. This is a bibliographical study and reflections accumulated in a study group.

**Keywords:** Clóvis Moura. Marxism. Racial Question. Class Struggle.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense. E-mail: srvds@yahoo.com.br.

## Introdução

As contribuições de Marx, em sua trajetória política e produção intelectual se deram no âmbito da Teoria Social crítica, cujo caráter ontológico e de radical historicidade podem ser identificados em seus escritos sobre as bases de formação da sociedade moderna em sua gênese, consolidação, desenvolvimento e crises fundadas pelo modo de produção capitalista. Uma relação determinada por classes sociais antagônicas, ou seja, representada por interesses distintos entre quem vende a força de trabalho para se reproduzir, pois não detém os meios de produção, e entre quem a explora para a acumulação. Esse antagonismo explicitado entre a experiência comum em torno da exploração/opressão evidencia também o conflito, caracterizado pela luta de classes.

Marx, portanto, buscou compreender a sociedade capitalista como uma totalidade concreta, complexa e contraditória, em diferentes níveis (PAULO NETTO, 2011). O pioneirismo de sua teoria consiste no tripé: método crítico-dialético, teoria do valor-trabalho e a perspectiva revolucionária, que tendo a práxis como referência apresenta uma base que transcende a construção do mero pensamento imediato.

As ideias marxianas vinculam possibilidades de ações práticas, transformadoras e coletivas – inerentes ao ser social. Sua perspectiva de emancipação humana considera o fim da sociedade burguesa – que fundada pelo modo de produção capitalista foi erguida e mantida tendo como base a exploração da classe e relações de opressão.

Conforme analisa Braz (2011), uma tradição teórico-crítica foi erguida em fins do século XIX e início do século XX, que resultou em uma tradição teórico-socialista e comunista com análises fecundas, originais, inovadoras, mas por vezes distantes das ideias de Marx. Contudo, o autor considera que essa expansão consolidou um campo teórico-prático e político que fez da teoria social de Marx uma força material que foi colocada em prática através da ação humana.

As interpretações marxiana e marxista foram ampliadas a tal ponto que se tornou passível de mudanças e, mesmo derivadas do pensamento de Marx, constituiu diferenças e afinidades entre seus expoentes. Se Marx não deu conta de tudo, a tradição marxista conseguiu avançar em inúmeras problemáticas, demonstrando a força do marxismo no século XX (BRAZ, 2011).

No Brasil, a interpretação marxista perpassou por diferentes momentos e perspectivas, encontrando inclusive bases positivistas, engessamentos e ações voluntaristas, que resultaram em diferentes debates e caminhos da luta de classes em torno da revolução brasileira. No entanto, os processos de renovação do marxismo possibilitaram maior heterogeneidade e diversidade em suas interpretações, adensando temas inéditos como também polêmicas, equívocos, abstrações e perspectivas conservadoras.

De acordo com Paulo Netto (2014), o golpe militar e sua tática de censura e repressão não foram suficientes para deter o processo de politização que foi construído no campo da esquerda, especialmente em sua intelectualidade. Os períodos entre 1964 e 1968 marcados por uma ditadura reacionária, marcou também o florescimento de uma cultura predominantemente de esquerda que o golpe não conseguiu neutralizar.

Nessa trajetória histórica, procuro apresentar reflexões em torno da relação de Clóvis Moura com a teoria social de Marx e o marxismo, identificando as contribuições do pensamento mouriano para apreensão de uma interpretação da realidade brasileira - no bojo de outras complexas compreensões presentes na tradição marxista brasileira - que foi empreendida de forma autêntica e original no âmbito da dialética universal/particular, possibilitando qualitativamente uma interpretação sobre a classe social distante da abstração e adensada ao movimento do real.

Diante disso, a proposta aqui colocada convém situar o pensamento mouriano na história e considerar a sua contribuição no proces-

so de renovação do marxismo no Brasil, ainda que este debate demande maiores aprofundamentos, em função dos limites deste artigo.

## **O marxismo que não foi de Moura e o Pensamento Social Brasileiro:**

Diversas foram as vertentes teórico-metodológicas na história que se debruçaram em compreender a formação social brasileira nas suas múltiplas dimensões.

Como apontado por Moura (2021), os clássicos do pensamento social brasileiro, tomados por uma perspectiva conservadora, culturalista e, portanto, racista - influenciados pelo racismo científico e por teorias eugenistas -, promoveram uma noção reificada no pós-abolição, que vinculou a questão racial à pobreza, exploração e delinquência. Essa constatação nos auxilia afirmar também que foram bases constitutivas da chamada gênese da “questão social” no Brasil.

De acordo com Moura (2021), a naturalização do preconceito tornou-se a visão distorcida de uma realidade social que ocultou a racionalidade branca dominante como criadora dessa contradição, logrando uma justificativa de incapacidade própria à condição de negras e negros na sociedade capitalista, que ocultou as barragens de peneiramento em que essa racionalidade impôs.

Consequentemente, o determinante político-ideológico desencadeou ao negro no Brasil um julgamento que foi transformado em clichê: o mau cidadão. A reprodução deste julgamento possui função social numa sociedade competitiva, diz Moura (2021), e deve ser analisada nas suas dimensões sociais, culturais e econômicas. Diante disso, Clóvis Moura apresenta algumas indagações:

Será esta maneira racionalizada de ver-se a imagem do negro uma forma saudosista de se encarar a escravidão e uma forma negativa de se ver o negro em uma sociedade que se caracteriza pelas contradições agudas ou crônicas geradas pelos interesses

em confronto? Será, por outro lado, um estereótipo vindo do nosso passado escravista com implicações subjacentes no presente? (MOURA, 2021, p.27-28).

É fato que tais indagações dizem respeito à forma ideológica imposta pelos primeiros teóricos do pensamento social brasileiro, que construíram uma interpretação de inferioridade, atraso e passividade negra ao passo da benevolência branca produzida pelo luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. E diante dessa perspectiva, é possível apontar uma primeira contribuição do pensamento mouriano, que se relaciona ao enfrentamento crítico à essa interpretação.

Na esteira do pensamento social moderno a mestiçagem deixava de ser um atraso e se tornava a expressão bem sucedida da democracia racial brasileira. Para Gilberto Freyre ([1922] 2009), a escravidão no Brasil agrário patriarcal foi pouco cruel, e o escravizado de meados do século XIX levava uma “vida de anjo”, se comparada com a realidade dos operários ingleses ou de outros escravizados. Diante disso, Clóvis Moura faz o seguinte apontamento:

O mito do bom senhor de Freyre é uma tentativa sistemática e deliberadamente bem montada e inteligentemente arquitetada para interpretar as contradições estruturais do escravismo como simples episódio epidérmico, sem importância, e que não chegaram a desmentir a existência dessa harmonia entre exploradores e explorados durante aquele período. Convém salientar que a geração que antecedeu a Freyre não primava pela elaboração de um pensamento isento de preconceitos contra o negro. O desprezo por ele, mesmo como objeto de ciência, foi dominante durante muito tempo entre os nossos pensadores sociais (MOURA, 1988, p.18-19).

Do ponto de vista da historiografia em torno dos estudos político-econômicos, a formação social brasileira pode ser sistematizada a partir

de duas importantes teses, que se instituíram entre o início e meados do século XX, e desencadearam diversas interpretações, incidências e impactos na luta de classes.

A primeira, apresentando uma linha mais historiográfica, argumentava que o Brasil seria feudal em suas origens. Alinhado a essa concepção, estudos jurídicos também imprimiram essa conclusão. Deste núcleo, corresponde uma intelectualidade com diferentes intérpretes do pensamento conservador ao campo progressista, como Francisco Varnhagen, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, José de Alencar e Nelson Werneck Sodré (DEL ROIO, 2016).

De acordo com Del Roio (2016), a interpretação de Nelson Werneck Sodré partia de uma perspectiva de coexistência de relações econômicas do tipo feudais e escravistas. Nessa interpretação, o intelectual comunista considerava o “conjunto de relações sociais hierárquicas fundadas na relação de dependência pessoal dentro de uma economia agrária com restrita relação de comércio” (DEL ROIO, 2016, p. 89).

A segunda tese, oriunda de uma interpretação historiográfica econômica, compreendia que o Brasil, em sua emergência, era de natureza capitalista em desenvolvimento. Nessa mesma linha Roberto Simonsen, Caio Prado Junior, Sergio Bagu e Celso Furtado argumentavam sobre o conjunto da América Latina (DEL ROIO, 2016).

A partir das teses caiopradianas, várias foram as formulações e vertentes que inspiraram a tradição marxista a pensar as vias de objetivação do capitalismo e a revolução burguesa no Brasil, considerando a forma desigual e combinada entre os distintos desenvolvimentos do capitalismo na Europa Ocidental e nos países periféricos, sobretudo de base colonial. Essa concepção, portanto, abriu um leque de interpretações, acumulando pesquisas e reflexões em torno da particularidade da formação social brasileira, embora com algumas concepções em torno da questão racial, tomada por influência do pensamento social conservador e pelo racismo científico.

A esse respeito é importante destacar a interpretação de Celso Furtado (2005), sobre a incapacidade e inadaptação de negras e negros ex-escravizados ao trabalho livre, algo que impactaria o desenvolvimento econômico do país, cabendo-lhe um papel passivo nesta transformação.

Para Moura (1988), o tipo de interpretação como o de Celso Furtado, seria uma constante do pensamento das elites políticas e econômicas que penetraram de maneira profunda no ideário da população e da intelectualidade brasileira, resultando na responsabilização do próprio negro por sua marginalização, através da criação de conceitos e razões sociológicas.

Já a obra clássica de Caio Prado Júnior intitulada “Formação do Brasil Contemporâneo” (1985), imprimia uma interpretação sobre a formação do povo brasileiro fundamentada no “amalgama das 3 raças”, com nítida proximidade ao luso-tropicalismo de Freyre. No capítulo sobre Raças, Prado Júnior (1985) afirma que a mestiçagem é constitutiva da formação do povo brasileiro, e resultante da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças. O autor compartilha da ideia de que havia uma predisposição do português sobre a mulher negra e indígena, ambas passivas, devido à ausência de mulheres brancas na colonização europeia. Essa condição estaria associada a facilidade com que mulheres negras e indígenas tinham em se relacionar, especialmente essa última, em função da posição social inferior e submissa em que mulheres de outras raças estavam condicionadas, estimulando o colono na satisfação de suas necessidades sexuais.

Assim, é possível observar uma noção racista, estereotipada, sexista, passiva e inferiorizada da população negra/indígena e sua cultura, sobretudo das mulheres, ao passo do protagonismo/benevolência do europeu no processo de constituição do povo brasileiro, sob a ótica de Caio Prado Junior.

Embora a tese caiopradiana, sobre a formação social brasileira vinculada ao capitalismo em desenvolvimento, tenha sido a prin-

principal referência para os debates marxistas contemporâneos e sua incidência na luta de classes, e, sendo ele um militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), até a década de 1960 a interpretação oficial do partido sobre a formação social brasileira se assemelhava à interpretação de Sodré.

O PCB defendia a estratégia de “revolução por etapas”, que considerava o Brasil como sendo um país feudal ou semifeudal e por isso, a luta política girava em torno de concretizar a “revolução burguesa” e o desenvolvimento capitalista para depois lutar pelo socialismo.

Com relação a questão racial, essa interpretação denotava uma impossibilidade de articulação entre exploração de classe e opressão de raça, haja vista a permanência de estruturas arcaicas que impediam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ficando nesse aspecto, o racismo como um elemento característico da estrutura semifeudal, em que negros e indígenas eram submetidos a um regime de trabalho arcaico e sem direitos (CHADAREVIAN, 2012).

Com base nessa interpretação, é possível observar a primazia da luta de classes na construção da revolução burguesa, e posteriormente socialista. E, nesse intuito, somente com o amadurecimento da classe operária – enquanto sujeito da história, numa estrutura capitalista “madura” – seria possível avançar na revolução brasileira, ao lado de importantes alianças estabelecidas. Nesse momento histórico de desenvolvimento capitalista, o racismo deixaria de existir, juntamente com a superação da estrutura semifeudal existente no país e das formas de trabalho “arcaicas”. Portanto, a luta conjunta dos trabalhadores brancos e negros seria imprescindível na perspectiva etapista da revolução brasileira (SILVA, 2024).

Sem considerar a particularidade do racismo no Brasil, essa interpretação apontava também para a compreensão de uma luta que possibilitaria inserir o negro na sociedade moderna. Um pensamento vinculado a questão da “adaptação” negra e indígena na modernidade, pois conforme demonstrado acima, os ideólogos da época acreditavam que a sociedade brasileira ainda estava em formação, dada a mistura

de raças e sub-raças (mestiçagem), que fazia do povo brasileiro um povo ainda não definido (SILVA, 2024).

Foi na passagem do século XIX para o século XX que as ideias marxistas se espalharam no Brasil. Porém, de forma eclética, tais ideias ora apareciam misturadas a outras teorias estranhas à Marx, ora eram consideradas uma “ideologia exótica”.

De acordo com Konder (1984), havia muitos entraves para conhecer o pensamento de Marx, e em escala maior que na Europa, devido à dificuldade do acesso e compreensão de seus escritos.

Assim, até 1917 os escritos de Marx se reduziam a alguns círculos de simpatizantes do socialismo, havendo uma predominância de influência positivista nos meios intelectuais progressistas e anarquistas no movimento operário.

Com a fundação do PCB foi criado um centro nacional de difusão do marxismo que após 1930, passou a divulgar com mais impulso e conquistar adeptos e propagandistas. Apesar disso, em seus anos iniciais não houve um aprofundamento sobre o pensamento de Marx, mas uma interpretação que se aproximava aos escritos de Lênin e Stálin.

Assim, “a discussão sobre as ideias de Marx tinha ficado atrelada, de forma empobrecedora, à discussão sobre a evolução da experiência soviética, sobre a importância universal do Estado soviético” (KONDER, 1984, p. 34). Somente na década de 1960, os estudos de Marx adquiriram acúmulos significativos e o Brasil passou a acessar, com maior densidade, importantes teóricos da tradição marxista como Gramsci, Lukács, Lênin, Rosa Luxemburgo e assim por diante. Esse período demarcou um processo de renovação do marxismo brasileiro, cujos desencadeamentos envolvem o universo acadêmico e as lutas sociais até a contemporaneidade (SILVA, 2024).

Paulo Netto (2011) considera que as medidas de refuncionalização educacional e as mudanças estruturais impostas pela ditadura, devido ao seu estreitamento à lógica empresarial, resultaram em medidas racionalizadoras e de contenção nas universidades que se

desdobraram na neutralização e no esvaziamento político. Diante disso, houve o crescimento de uma geração subalternizada e dependente dos centros de pesquisa imperialistas, cujos trabalhos acadêmicos ao se restringirem a um academicismo, produziram um pensamento formalmente de esquerda, “plural” e tolerado, mas distante da intervenção prático-social. O processo de neutralização fez emergir o chamado marxismo acadêmico que, valorizado apenas no viés intelectual, se tornaria modismo, estrelismo e ecletismo como sobrevivência ao regime vigente, ou resultante da degradação imposta.

Por outro lado, o contexto de censura e repressão aliado à crise do “milagre econômico” brasileiro, mobilizou um processo de resistência e luta que eclodiu a partir dos anos 1970, e trouxe consigo uma ascensão plural e heterogênea dos movimentos sociais urbanos, movimentos sindicais e organizações políticas no campo da esquerda.

Assim, uma cultura predominantemente de esquerda havia sido gestada tempos atrás, como forma de resistência ao regime, mobilizando vários setores da sociedade como grupos religiosos, artistas, intelectuais e jovens universitários. De forma molecular foram atuando politicamente na sociedade e acumulando forças enquanto a ditadura se fragilizava (PAULO NETTO, 2014).

Inúmeros foram os vetores que contribuíram à eclosão da esquerda. O mundo vivenciava uma conjuntura de “explosão contestatória” nas diferentes vertentes da vida cultural, política e acadêmica, e esse fenômeno se fazia presente na realidade brasileira. Nessa efervescência, destarte para o crescimento das lutas negras no mundo, com destaque para os movimentos anticoloniais, sobretudo nos países africanos de língua portuguesa, o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e seus desencadeamentos no âmbito de uma radicalidade do movimento negro estadunidense que processualmente foram sendo reprimidos e desarticulados pelo FBI.

Embora inúmeras sejam as contribuições de intelectuais que fizeram parte da história do PCB, que se aproximaram e adensaram o debate sobre raça e classe no Brasil, tais como Leôncio Basbaum

(1907-1969), Edison Carneiro (1912-1972), Clóvis Moura (1925-2003) e Nelson Werneck Sodré (1911-1999), a questão racial no partido se vinculava a uma interpretação sobre a formação social brasileira, cujos efeitos desencadearam uma receptividade processual, lenta, marcada por tensões e contradições na construção de um programa de ação político e combativo.

No entanto, não há registros que cite especificamente a ruptura de Clóvis Moura com o partido, em função de divergência teórica sobre a questão racial. Ao contrário disso, foi durante a década de 1930, com as modificações táticas que ocorreram no PCB, caracterizadas pela proletarianização via obreirismo, é que foi havendo a incorporação da questão racial em seus programas e ação política (SILVA, 2024). Além disso, foi na mesma década que o partido passou a se voltar para a condição plurirracial de seus membros que, tratada de maneira afirmativa, já contava com a participação de lideranças negras e negros com trajetória no movimento operário, além de intelectuais do movimento negro como o poeta Solano Trindade, o escritor Raimundo de Souza Dantas e Édison Carneiro (SOTERO, 2015).

É nesse marco temporal, e/ou como expressão desse processo, que Clóvis Moura irá se aproximar e, posteriormente, se filiar ao PCB, demarcando sua vinculação ao marxismo e o contato com intelectuais militantes ou próximos ao partido. Essa fase é marcada por sua mudança para a Bahia e anos depois para São Paulo, resultando na sua inserção ao mundo jornalístico, a literatura, a questão negra e em constantes trocas de correspondências com uma intelectualidade dos círculos acadêmicos (VALDO, 2025).

## **Comunismo e marxismo em Clóvis Moura**

Clóvis Moura se vinculou ao PCB na década de 1940 e permaneceu até a década de 1960. Sua perspectiva intelectual tinha como referência as produções de Caio Prado Junior, com quem manteve relações profissionais e de camaradagem, além de Edison Carneiro e Nelson

Werneck Sodré. De acordo com Rocha (2023), teoricamente Moura esteve muito mais próximo das ideias de Caio Prado Junior do que da interpretação oficial do partido. Isso se deve ao debate em torno do papel do negro escravizado na história, visto que as formulações do PCB se vinculavam à estratégia de revolução por etapas, alinhadas às formulações do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928.

A influência de Caio Prado à Moura se deve às formulações da obra “História Econômica do Brasil”, no entanto, Rocha (2023) demonstra que apesar dessa relação, a participação de Clóvis Moura na revista Fundamentos explicita seu alinhamento aos debates da agenda comunista brasileira, além dos temas considerados relevantes ao seu próprio programa de estudos. Nesta revista Moura publicou artigos, poemas, foi colaborador em colunas e participou do Conselho de Redação (ROCHA, 2023).

Clóvis Moura como militante comunista circulava e contribuía com os núcleos culturais e agendas políticas do PCB. E, apesar da referência em Caio Prado Júnior, em 1949 Moura foi desestimulado pelo intelectual em seguir os estudos sobre o negro no Brasil, ao compartilhar sua pesquisa que resultou na obra “Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas” (CEDEM, 2025).

Além da limitada interpretação de Caio Prado Junior sobre a escravidão nas regiões de Bahia e Pernambuco, este último na fronteira com Juazeiro, Prado Junior ponderou a dificuldade geográfica em encontrar fontes documentais. E, mesmo com a obra pronta, ao compartilhar os resultados e sugerir a publicação pela Editora Brasiliense no ano de 1952, Clóvis Moura recebeu outra negativa de seu camarada - apesar do reconhecimento sobre a originalidade da obra -, em razão do comprometimento da editora com a publicação das obras de Monteiro Lobato, que era um dos fundadores da Brasiliense.

Publicada no ano de 1959 através da edições Zumbi, uma pequena editora da cidade de São Paulo, a obra “Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas” representa um marco teórico e político importante na trajetória intelectual de Clóvis Moura.

A sua análise sobre a particularidade da formação sócio-histórica demarca uma grande contribuição ao pensamento social brasileiro, pois interpreta um Brasil em que negras e negros foram sujeitos e protagonistas da história, ao contrário dos intérpretes do pensamento social clássico que apresentaram uma leitura romantizada e passiva do negro no Brasil, além de culturalista (SILVA, 2024).

Nas obras de Clóvis Moura destaca-se a história do trabalho e da luta de classes no Brasil desde o escravismo colonial, fazendo um profícuo diálogo com os clássicos marxianos. Assim, a pioneira obra *Rebeliões da Senzala*, abriu caminhos para uma importante interpretação sobre a realidade brasileira sob a égide do conflito e da luta de classes, além de uma rica trajetória de livros, artigos, matérias e poemas até o fim de sua vida.

Em “O negro de bom escravo a mau cidadão?”, obra publicada no ano de 1977, Clóvis Moura dá continuidade às reflexões produzidas em “*Rebeliões da Senzala*”, aprofundando e ampliando a sua interpretação sobre a participação política da população negra no escravismo e também no pós-abolição.

O autor demonstra que a classe e a luta de classes - do escravismo ao capitalismo -, teve participação política ativa, dinâmica e radical de negras e negros nesse processo. Assim, as lutas negras devem ser compreendidas como um continuum até os dias atuais, pois para Moura (2021), o negro atuou e continua atuando como força social dinâmica e muitas vezes radical por toda a América Latina. O negro sempre se organizou em movimentos de libertação, emancipação ou movimentos próprios. E, independente do grau de consciência, considera a relevância que esses movimentos políticos tiveram, pois inspiraram uma transformação social.

Nesta obra, é possível observar a atenção de Moura voltada para o contexto latino-americano e não apenas à particularidade brasileira. O diálogo crítico no interior da própria tradição marxista, com análises sobre os movimentos políticos na particularidade da formação social

latinoamericana vinculadas às interpretações que os definiam como movimentos pré-políticos, banditismo e milenarismo.

Essa perspectiva demonstra também o diálogo de Moura com as lutas terceiro-mundistas e a inspiração maoísta, onde destaco a influência ou proximidade à linha teórico-política do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, em um contexto de ampliação das organizações de esquerda no país, em função de dissidências e ramificações do movimento comunista no período do regime militar.

No ano de 1962 é fundado o Partido Comunista do Brasil - PCdoB, através de ex-dirigentes do PCB que foram afastados da organização<sup>2</sup>. As motivações giraram em torno da crise provocada pelo “Relatório de Krushev”, apresentado no XX Congresso do PCUS em 1956, e as divergências em torno da linha teórico-política do partido, por considerarem revisionista e pacifista.

Tratava-se da “Declaração de Março”, ou seja, a nova política adotada pelo PCB a partir de 1958, que avaliava a existência do capitalismo no Brasil, algo que era negado pela organização até então. Contudo, essa interpretação considerava o desenvolvimento capitalista brasileiro incompleto e não maduro para a revolução socialista. Por isso, a tarefa dos comunistas se vinculava à luta pelas “reformas de base”, de modo que o curso do capitalismo se aproximasse da revolução nacional e democrática (GORENDER, 1987).

O PCdoB distinguiu-se do PCB por seu programa teórico-político e pela rejeição da luta pelas “reformas de base”. Tinham como objetivo central a “conquista de um governo popular revolucionário” (GORENDER, 1987, pg.34), e para isso, retomaram as teses do Programa do IV Congresso do PCB, cuja tarefa imediata era criar um novo regime anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista, conforme apontava a “Declaração de Agosto”, lançada no ano de 1950.

---

<sup>2</sup> Fonte: CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b> . Acesso em Fevereiro/2021.

Segundo Gorender (1987), a opção do PCdoB esteve alinhada ao Partido Comunista da China até a morte de Mao Tsé-Tung no ano de 1976. A não vinculação aos preceitos da União Soviética fez de sua estratégia teórico-política uma característica própria que defendia o confronto com os países capitalistas através da luta armada e a tática do foquismo. De acordo com o autor, o maoísmo no Brasil adquiriu com isso propagação institucionalizada e aglutinou forças contrárias ao PCB.

No entanto, no início da década de 1970 as organizações políticas que emergiram no regime militar orientadas pela tática do “foquismo revolucionário” foram derrotadas, remanescendo apenas àquelas que recusaram esse tipo de embate, como o PCB e os agrupamentos trotskistas.

Com a abertura de um balanço e autocrítica, o desdobramento foi a extinção de alguns agrupamentos, a atuação de seus militantes junto ao trabalho de base nos movimentos sociais, a retomada de vínculos com os setores populares e a incidência política de forma pública e legal junto ao movimento sindical e associações de moradores (PER-RUSO, 2008).

Em meio às derrotas, perseguições e torturas, uma conjuntura de gestação dos levantes populares pela democracia e melhores condições de vida foi sendo aberta. A mobilização da classe trabalhadora em seus diferentes estratos e formas de organização se expressavam nas associações de bairros, bailes blacks, universidades, sindicatos, espaços culturais, imprensa negra e afins, buscando transformações. Era a luta de classes em curso mediante a crise do “milagre econômico” brasileiro. Uma efervescência política que resultou também na emergência do Movimento Negro Unificado - MNU, e que deve ser apreendido também pelo processo de mobilização política das organizações negras durante todo o período do regime militar (SILVA, 2024).

Nessa conjuntura, Clóvis Moura tematiza importantes debates que se alinham às discussões e ambiência da época, com destaque para o pioneirismo negro nas experiências das guerrilhas urbanas e rurais;

o quilombo como uma ação transformadora radical. A vinculação com a perspectiva dos movimentos terceiro-mundistas, assim como se posicionava o PCdoB, imprimiu uma leitura tático-estratégica latino-americana, alinhada ao marxismo que inspirou o pan-africanismo e o movimento negro estadunidense, e que muito influenciou a geração de lideranças negras no processo de reorganização do movimento negro brasileiro (SILVA, 2024).

O debate em torno das teorias cepalinas de desenvolvimento/subdesenvolvimento foram acumulando críticas e desdobramentos nesse período. Mas, o fator para a reivindicação terceiro-mundista de Clóvis, se tratava da defesa de um projeto político que foi desdobramento da articulação afro-asiática e o estreitamento latino-americano que tinham em comum, a periferia do capitalismo. No contexto da guerra fria, tais países não se alinhavam à hegemonia norte-americana e às contradições do socialismo real.

Com inspiração anticolonial, anti-imperialista e de libertação nacional, esse movimento influenciou importantes pensadores do pós-guerra, propondo incidir politicamente noutras polarizações como a norte-sul. Assim, Clóvis Moura (2021) ao analisar a realidade da América Latina mediante a situação social, política e cultural, atenta para dois importantes fatores: a tensão e a radicalidade da classe como resultante da repressão e do controle.

Apesar de termos países com todos os tipos de governos, desde socialista, como Cuba, e bonapartistas-bismarkistas como o Brasil, todos eles pertencem ao chamado Terceiro Mundo, isto é, são países subdesenvolvidos. No quadro geral da pobreza da América Latina, o negro em consequência do seu status inicial de escravo, situa-se, até hoje, nos níveis mais baixos da estratificação social (...). A fossilização das instituições de um lado e a pobreza e marginalização do outro, formam os dois pólos de antagonismo social que se chocam. Daí ter havido, ultimamente, um aumento considerável de tensões sociais e políticas no continente, muitas das

quais tiveram a sua solução através de medidas repressivas, algumas sangrentas, se é que podemos chamar as medidas de controle social postas em prática de solução (MOURA, 2021, p.140).

Fica evidente a sua posição de radicalidade e expectativas em torno das forças sociais e políticas emergentes, cuja tarefa se tratava de enfrentar os problemas vinculados ao “passado colonial”. A atenção de Moura para a questão racial ganhava cada vez mais densidade teórica.

Sobre a relação de Clóvis Moura com o PCdoB, Oliveira (2016) destaca que foi um dos poucos intelectuais de expressão a ingressar no partido. O autor demonstra ainda o laço de amizade entre Moura e Pedro Pomar, um dos fundadores da dissidência, que tempos depois foi assassinado por agentes do regime militar, no ano de 1976, no episódio que ficou conhecido como Massacre da Lapa.

Segundo Rocha Pomar (1987) o assassinato de Pedro Pomar, foi resultante da delação de um dos membros, a respeito de uma reunião do Comitê Central que ocorreria neste local. Havia como proposta a realização de um balanço sobre a Guerrilha do Araguaia (1967-1974), devido aos tensionamentos internos em torno da situação. O grupo de Pomar cobrava uma resposta do partido, de modo a publicizar o fim da guerrilha, devido à sua aniquilação e silêncio sobre o episódio. No entanto, o grupo liderado por João Amazonas, também fundador e dirigente do PCdoB, era contrário a essa proposta de encaminhamento.

Mesmo com o Massacre da Lapa, o PCdoB não se manifestou sobre a guerrilha. E, em meio aos descontentamentos e divergências, um novo grupo denominado “Dissidente” emergiu e se dedicou à publicação dos documentos sobre a Guerrilha do Araguaia.

No ano de 1979 a Editora Alfa-Ômega publica “O Diário da Guerrilha do Araguaia”. Essa obra teria sido resultado de um documento que Clóvis Moura forneceu à editora para publicação, e que foi redigido pelos participantes e dirigentes da guerrilha. Assim, a sociedade tomava conhecimento sobre a guerrilha, cujas informações repercutiram na grande opinião pública nacional.

De acordo com Moura (1979) na apresentação da obra, o documento chegou em suas mãos por meio de um dirigente do PCdoB que posteriormente foi morto. Tratava-se de um documento que buscava expressar a vivência daqueles que sentiram as consequências da guerrilha e, portanto, não deveria provir de análises históricas, políticas ou sociológicas para avaliar se o movimento foi certo ou errado, mas observar o que ele significou para a população do Araguaia. Estava concretizado através da obra, um momento de reencontro com a memória nacional.

Mediante as reflexões apontadas acima, é possível constatar a trajetória intelectual de Moura no processo de renovação do marxismo no Brasil, sobretudo em consonância com as lutas sociais em curso, as dissidências e a reorganização política das organizações de esquerda no período do regime militar.

Na obra “A Sociologia posta em questão” - escrita em 1971 e publicada no Brasil somente em 1978 -, para reivindicar a práxis radical mediante o academicismo das ciências sociais, Moura tece críticas à sociologia acadêmica, colocando-a como produtora de um “marxismo desdentado”, institucional e comprometido com as agências de financiamento internacional e aperfeiçoamento de uma racionalidade para o controle. Uma interpretação que se assemelha à crítica de Paulo Netto (2011) sobre a chamada incursão do marxismo acadêmico e/ou “marxismo tolerado” em plena ditadura, apesar das leituras e temáticas diferentes abordadas em cada obra.

De acordo com Perruso (2008), a partir de 1970 as diferentes interpretações no âmbito teórico-político oriundas das esquerdas dissidentes do PCB, inspiraram a intelectualidade brasileira, dedicadas a estudar os setores subalternizados e os movimentos sociais.

Intelectuais vinculados a campo teórico-político da esquerda, localizados sobretudo na região sudeste e com uma intensa vida acadêmica, passaram a se dedicar aos estudos dos movimentos populares, sindicais e urbanos, significativamente fora dos muros universitários, na

prestação de assessoria e apoio aos movimentos e em espaços organizacionais que aglutinavam a intelectualidade engajada (PERRUSO, 2008).

Com o tempo, a compreensão das lutas políticas e práticas de resistências no espaço fabril, sindical e partidário foram sendo substituídas pela compreensão do “deslocamento das lutas sociais da esfera da produção para a esfera da reprodução, compreendendo aí a esfera do consumo coletivo; e a ênfase na esfera do “político”” (BRAZ, 2012, p. 119). Assim, entre o final dos anos 1980 e início de 1990, cresce uma perspectiva de democracia política e as relações entre estado e sociedade serão repensadas.

Assim, os “novos personagens” ou os “novos sujeitos” em cena, dicotomizados da sua classe social e de sua luta enquanto sujeitos políticos, encontram o paradoxo formado pela ascensão neoliberal que, ao transferir a responsabilidade do Estado para a sociedade civil, transfere a perspectiva da luta por direitos para o campo da solidariedade e responsabilidade de indivíduos, famílias, comunidade, filantropia e responsabilidade social.

A expansão do termo “Sul Global” em substituição à perspectiva terceiro-mundista desencadeou outras perspectivas de lutas sociais que carecem aprofundamentos.

A radicalidade das lutas e os sujeitos políticos da história e da revolução brasileira, como Clóvis Moura apontava, encontrarão novos e desafiadores caminhos a serem trilhados, para o enfrentamento de velhos problemas como o racismo no Brasil. E como é possível constatar através do nosso incansável militante comunista, essa superação está diretamente imbricada à necessidade de superação do capitalismo. Porém o contexto de crise do marxismo, a derrota socialista e a institucionalização das lutas sociais demarcarão algumas das inflexões sobre os nossos tempos.

## Referências

- BRAZ, Marcelo. Mudança no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das Ciências Sociais. In: Bravo, Maria Inês de Souza.; Menezes, J. S. B. (orgs.). *Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Partido e Revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CEDEM, Centro de Documentação e Memória da UNESP. *Cartas de Caio Prado Jr. e Jorge Amado a Clóvis Moura*. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticias/v/id::700/cartas-de-caio-prado-jr-e-jorge-amado-a-clovis-moura> . Acesso em outubro/2025.
- CHADAREVIAN, Pedro C. Raça, classe e revolução no partido comunista brasileiro (1922-1964). In: *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 11, n. 20, abril de 2012.
- DEL ROIO, Marcos. Sodré e a dialética da formação social brasileira. In: *Revista Crítica Marxista*, n. 42. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 2005.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- MOURA, Clóvis. *O Negro, de bom escravo a mau cidadão?* 2 ed., São Paulo: Editora Dandara, 2021 [1977].

\_\_\_\_\_. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5 ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição Fundação Maurício Grabois, 2014 [1959].

\_\_\_\_\_. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. *A Sociologia Posta em Questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

OLIVEIRA, Fábio N. *Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência negra*. Salvador: EDUNEB, 2016.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Verbete Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In: CPDOC/FGV. Disponível em: “<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b>” <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b>. Acesso em outubro/2025.

PAULO NETTO, José. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PERRUSO, Marco Antônio. *Em busca do novo: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro.

POMAR, Pedro E. R. *Massacre na Lapa: como o exército liquidou o Comitê Central do PCdoB*. São Paulo 1976. São Paulo: Busca Vida, 1987.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROCHA, Gabriel dos Santos. Clóvis Moura: política cultural e programa de estudos (1950-1955), *Lutas Sociais*, 27(51), 282–298. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/69841>. Acesso em outubro/ 2025.

SOTERO, Edilza C. *Representação Política Negra no Brasil Pós Estado Novo*. 2015, Tese

(Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

SILVA, Sandra Regina Vaz da. *A centralidade da questão racial nas lutas de classes no Brasil: um estudo a partir de organizações da esquerda brasileira entre a ditadura e a redemocratização*. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro.

VALDO, João Paulo da Silva. *CLÓVIS MOURA E O SERVIÇO SOCIAL: Contribuições ao Projeto de Formação Profissional*. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro.